

Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações

2

Gabriella de Menezes Baldão
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Gabriella de Menezes Baldão
(Organizadora)

Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

158 Inovação, gestão estratégica e controladoria nas organizações 2
[recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella de Menezes Baldão.
– Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Inovação, Gestão
Estratégica e Controladoria nas Organizações; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-70-3

DOI 10.22533/at.ed.703183110

1. Controladoria. 2. Planejamento estratégico. I. Baldão,
Gabriella de Menezes. III. Série.

CDD 658.151

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora. Em seu II volume, apresenta, em seus 22 capítulos, os novos conhecimentos para Administração na área de Estratégia.

A área temática de Estratégia engloba estudos de suma importância para o bom andamento de projetos e organizações, uma vez que compõe desde a base da organização (missão, visão, valores para a construção da cultura organizacional), até os meios pelos quais as metas serão atingidas e, caso não sejam, quais ferramentas utilizar a fim de buscar constante melhorias no processo.

Este volume dedicado à Administração traz artigos que tratam de temas que vão desde planejamento estratégico e ferramentas administrativas até a utilização de ferramentas da qualidade para melhorar o processo e prevenir futuros erros.

Aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata os recentes avanços científicos e tecnológicos nas áreas de Inovação e Gestão, os agradecimentos dos Organizadores e da Atena Editora.

Por fim, desejo que este livro possa colaborar e instigar mais estudantes e pesquisadores na constante busca de novas tecnologias para a área de Administração e, assim, garantir incremento quantitativos e qualitativos na produção de alimentos para as futuras gerações de forma sustentável.

Gabriella de Menezes Baldão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL NA LEI DAS COTAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL ORGANIZACIONAL	
Maria de Lurdes Costa Domingos Ana Cecilia Alvares Salis	
CAPÍTULO 2	15
A UTILIZAÇÃO DO <i>BALANCED SCORECARD</i> - BSC COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO EM UM FRIGORÍFICO DE PEIXES LOCALIZADO EM SORRISO-MT.	
Anderson Ricardo Silvestro	
CAPÍTULO 3	31
ANÁLISE DA INTERFERÊNCIA DO <i>SUPPLY CHAIN MANAGEMENT</i> NO MERCADO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	
Rodrigo Pozzer Centeno Paloma de Mattos Fagundes	
CAPÍTULO 4	47
ANÁLISE DE CENÁRIOS: UMA FERRAMENTA EFICAZ DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA EVENTOS ACADÊMICOS	
Leandro Dorneles dos Santos Edio Polacinski Jovani Patias Juliane de Freitas Battisti	
CAPÍTULO 5	65
APLICAÇÃO DA NBR ISO 9001:2015 COMO FERRAMENTA DE REAVALIAÇÃO DA EFICÁCIA NOS PROCESSOS DA QUALIDADE EM SERVIÇOS DE SAÚDE DE UM HOSPITAL ESCOLA DO SUS	
Eder Júlio Rocha De Almeida Nathália Stephanie Costa Arthur Guimarães Gonçalves dos Santos Douglas De Freitas Tasende Maria do Socorro Pacheco Pena Tiziane Rogerio Madureira Júnia Cordeiro dos Santos Jussara Basílio de Souza	
CAPÍTULO 6	79
A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO REALIZADOS EM PEQUENAS CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL COMO PROMOTOR DO TURISMO CULTURAL	
Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Marcos Vinícios Machado Machado	
CAPÍTULO 7	96
A TEORIA DAS FILAS COMO FERRAMENTA DE APOIO PARA ANÁLISE DE UMA EMPRESA DE	

LAVA-RÁPIDO EM VOLTA REDONDA

Byanca Porto de Lima
Bruna Marta de Brito do Rego Medeiros
Camilla Mota Melo
Juliana Mattos Gonçalves Pinto
Sérgio Ricardo Bastos de Mello

CAPÍTULO 8 110

AVALIAÇÃO DO PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MINÍMO NO PERÍODO DE 1994 – 2010

Juliana Ivaniski Sansonowicz
Liane Maria Panerai Gavioli
Marcos Vinícios Machado Machado

CAPÍTULO 9 127

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DOS MOTIVOS QUE LEVARAM AO DESLIGAMENTO DE UM GRUPO DE BENEFICIÁRIOS

Diego Pretto
Reisoli Bender Filho

CAPÍTULO 10 144

CONTEXTO DO TRABALHO E ESTRESSE OCUPACIONAL: UM ESTUDO COM SERVIDORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Andressa Michels
Edilson Bacinello
Vinícius Costa da Silva Zonatto

CAPÍTULO 11 163

CONTROLE INTERNO NO TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO COMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS (COSO II)

Maria Izabella Silva de Sá
Cíntia Vanessa Monterio Germano Aquino
Clayton Robson Moreira da Silva

CAPÍTULO 12 178

ECONOMIA CIRCULAR: PERSPECTIVAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Camila Avosani Zago
Ana D'arc Maia Pinto
Katherine Restrepo Quintero
Luiz Henrique Avosani Zago

CAPÍTULO 13 189

ESTUDO SOBRE A IMPORTANTE INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE NO MOMENTO DE TOMAR UMA DECISÃO FINANCEIRA E SUAS FERRAMENTAS FUNDAMENTAIS

Angelo Cesar Tozi Christo,
Beatriz Fiorese,
Carolaine Pereira Zagoto,
Denise Santos Lorenção,
Maria Ester Bueno,
Sandra Maria Pereira,

CAPÍTULO 14 200

IMPLEMENTAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DA QUALIDADE COMO MEDIDA ESTRATÉGICA DE OTIMIZAÇÃO DE RESULTADOS EM UM HOSPITAL PRIVADO DE BELO HORIZONTE

Lilian Kelly Barbosa Lima
Eder Júlio Rocha de Almeida
Selme Silqueira de Matos
Alexandre da Silveira Sete

CAPÍTULO 15 211

LEI DE RESFRIAMENTO DE NEWTON: RESOLUÇÃO POR EDO E MÉTODO DE EULER

Gabriela Duarte Bariviera
Graziane Mariana Mumberger
Lucas Arnold dos Santos
Ângela Cristina de Melo
Carlos Rezende de Pádua Junior
Súzan Grazielle Benetti de Pádua

CAPÍTULO 16 226

MENSURAÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE DOS CONTROLES GERENCIAIS PELO MÉTODO DE COBIT: UM ESTUDO APLICADO AOS PRODUTORES RURAIS DO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Anderson Ricardo Silvestro

CAPÍTULO 17 242

O ENDIVIDAMENTO DE ESTUDANTES EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO

Vanessa Piovesan Rossato
Nelson Guilherme Machado Pinto

CAPÍTULO 18 258

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO EMPRESARIAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - ESTUDO DE CASO NA EMPRESA ND BISCOITOS EM SANTIAGO-RS.

Liane Maria Panerai Gavioli
Berenice Beatriz Rossner Wbatuba
Francine Minuzzi Gorsky
Juliana Ivaniski Sansonowicz
Lucas Urach Sudati

CAPÍTULO 19 274

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS ESTRATÉGICAS NA ADMINISTRAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA DE SORVETES, COM FOCO NA GESTÃO DA QUALIDADE E PROCESSOS

Graziele Cristina Ribeiro Lopes

CAPÍTULO 20 292

PRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR BRASILEIRO: DIAGNÓSTICO FRENTE AO CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO MUNDIAL ENTRE 1995 E 2015

Alessandra Kimie Hiro
Ana Paula Alves Bleck Duque
Cristina de Carvalho Ares Elisei
Luciana Tomé de Souza Castilho

Paulo César Ribeiro Quinteiros
Sérgio Roberto Montoro
Mônica Borchart Nicolau
Fernando Gomes da Silva
Elizana Lorenzetti Treib
Valter André Treib
Eloisa Lorenzetti
Luciana Hazin Alencar

CAPÍTULO 21 315

SISTEMA DE INFORMAÇÃO COMO APOIO A CONTABILIDADE

Mônica Borchart Nicolau
Fernando Gomes da Silva
Elizana Lorenzetti Treib
Valter André Treib
Eloisa Lorenzetti
Luciana Hazin Alencar

CAPÍTULO 22 331

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Roberto Schuster Ajala
Anelise Sacks Schein
Luciana Scherer
Raquel Duzsinski Borghetti

SOBRE A ORGANIZADOR 351

PRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR BRASILEIRO: DIAGNÓSTICO FRENTE AO CENÁRIO POLÍTICO- ECONÔMICO MUNDIAL ENTRE 1995 E 2015

Alessandra Kimie Hiro

Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba
(FATEC/CEETEPS)

Pindamonhangaba – São Paulo

Ana Paula Alves Bleck Duque

Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba
(FATEC/CEETEPS)

Pindamonhangaba – São Paulo

Cristina de Carvalho Ares Elisei

Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba
(FATEC/CEETEPS)

Pindamonhangaba – São Paulo

Luciana Tomé de Souza Castilho

Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba
(FATEC/CEETEPS)

Pindamonhangaba – São Paulo

Paulo César Ribeiro Quinteiros

Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba
(FATEC/CEETEPS)

Pindamonhangaba – São Paulo

Sérgio Roberto Montoro

Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba
(FATEC/CEETEPS)

Pindamonhangaba – São Paulo

RESUMO: As dificuldades em acelerar o crescimento da economia brasileira entre 1995 e 2015 podem ser parcialmente atribuídas a baixa eficiência do setor produtivo. Os problemas apontados na literatura abrangem

da baixa qualidade da educação ao alto custo do Estado. Neste trabalho é apresentado um diagnóstico dos fatores que contribuíram para o processo de queda da produtividade do trabalhador brasileiro no período analisado. A pesquisa apresentada é exploratória e descritiva, utilizando como fonte livros, artigos e dados de domínio público disponibilizados por órgãos de pesquisa reconhecidos. Os resultados apresentados apontam que os fatores mais relevantes, apontados na literatura, a fim de explicar a evolução da produtividade do trabalhador brasileiro no período analisado foram a baixa qualidade da educação, o custo Brasil, a carga tributária, a burocracia, especialmente a tributária, a infraestrutura e o estágio atual da inovação tecnológica. O conjunto desses fatores no Brasil forma um ambiente desfavorável ao desenvolvimento do país, o que reflete diretamente na produtividade dos trabalhadores e, por conseguinte, da economia como um todo.

PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento Econômico, The Conference Board, Produtividade.

ABSTRACT: The difficulties in accelerating the growth of the Brazilian economy between 1995 and 2015 can be partially attributed to the low efficiency of the productive sector. The problems pointed out in the literature range from the low

quality of education to the high cost of the State. This paper presents a diagnosis of the factors that contributed to the process of falling productivity of the Brazilian worker in the period analyzed. The research presented is exploratory and descriptive, using as a source books, articles and public domain data made available by recognized research organizations. The results show that the most relevant factors, in the literature, to explain the evolution of Brazilian worker productivity in the period analyzed were the low quality of education, Brazil cost, tax burden, bureaucracy, especially taxation, the infrastructure and the current stage of technological innovation. All these factors in Brazil form an environment unfavorable to the country's development, which directly reflects the productivity of workers and, consequently, of the economy as a whole.

KEYWORDS: Economic Development, The Conference Board, Productivity.

1 | INTRODUÇÃO

A Economia Digital trouxe benefícios e facilidades para governos, empresas e pessoas em geral. A queda das barreiras geográficas e a diminuição das distâncias propiciadas pelas ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) contribuiu para alavancar a economia mundial, possibilitando novos negócios e mercados. Em contrapartida, essas facilidades acarretaram também maior exposição das deficiências de diversos países, inclusive o Brasil. Isso se deve ao inerente incremento na competitividade mundial, que é diretamente relacionado a produtividade.

Dentre as fragilidades brasileiras evidenciadas pela configuração mundial está a baixa produtividade dos trabalhadores. Sabe-se que a produtividade é um fator relevante para o desenvolvimento econômico, pois impacta no crescimento da geração de riqueza, especialmente no longo prazo. Assim sendo, para a economia brasileira crescer em ritmo acelerado é preciso aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a produtividade brasileira está estacionada há décadas. Os dados mostram um preocupante processo de declínio com o encolhimento de 1,35% a.a. nos anos 1980; caindo a 1,00% a.a. nos anos 1990 e uma ligeira alta de 0,90% a.a. nos anos 2000.

O levantamento realizado no final de 2015 pelo The Conference Board mostra que a produtividade do trabalhador brasileiro equivale a 25% da produtividade do trabalhador americano, considerado o mais produtivo. Em números, um trabalhador no Brasil produz ao ano US\$ 29.583,00, ao passo que nos EUA a produção anual chega a US\$ 118.826,00 [1].

A economia brasileira e o setor produtivo têm tido dificuldades em aumentar sua eficiência. As possíveis causas apontadas englobam problemas que vão da educação (baixa qualificação) ao alto Custo Brasil. Esta última decorre de fatores como elevada carga tributária, excesso de burocracia e baixa qualidade na infraestrutura.

Entretanto, a má gestão pública também contribui para a queda da produtividade.

Especialmente em períodos de crise, o simples corte de custos sem um planejamento para o aumento da produtividade do trabalhador pode afetar negativamente na qualidade do serviço e na eficiência na produção de bens e produtos.

1.1 OBJETIVO

Neste trabalho é apresentado um estudo diagnóstico sobre os fatores que contribuíram para a queda da produtividade do trabalhador brasileiro no período de 1995 a 2015. É apresentada uma análise do cenário da produtividade do trabalhador brasileiro em comparação a produtividade americana (referência).

O objetivo é investigar os fatores determinantes da queda na produtividade nas últimas décadas. A partir desse levantamento será possível propor ações cuja finalidade é contribuir para o aprimoramento da gestão de produtividade.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A produtividade é considerada uma medida que avalia a eficiência e a racionalidade das atividades econômicas. Na prática, esta medida é definida como a relação entre o insumo (input) e a produção (output), no nível da empresa, da indústria ou da economia global. Elevar o nível da produtividade significaria aumentar a produção com a mesma combinação dos fatores de produção, ou ainda, manter o nível de produção, realizando economias no insumo dos fatores. Para o aumento da produtividade nacional, torna-se necessária uma definição e compreensão mais amplas da natureza do conceito da produtividade e, sobretudo, o conhecimento dos fatores que a afetam e determinam.

O desenvolvimento econômico implica o crescimento econômico, ou seja, um aumento contínuo na produção de bens e serviços, em determinada unidade de tempo, que seja maior do que o crescimento demográfico da nação, no mesmo período. Assim, é ressaltada a relação entre a produção global e a população, afirmando-se a existência do desenvolvimento quando o volume total dos bens e serviços aumentar mais rapidamente do que a população.

O conceito de produtividade se torna essencialmente dinâmico e desenvolvimentista, porque implica na criação de valores novos e adicionais, que aumentam os recursos globais da nação e, assim, contribuem para o bem-estar da população, enquanto a medida do “custo social” pelo qual os novos empreendimentos têm sido criados é fundamental, devido à escassez generalizada dos recursos produtivos preciosos (capital e mão-de-obra qualificada) nos países subdesenvolvidos [2].

O Brasil precisaria mudar de estratégia e focar na produtividade, investir em educação, infraestrutura e poupança para que o PIB continuasse avançando [3].

Capacidade ociosa significa que existem fábricas e trabalhadores treinados que não estão sendo utilizados. É algo bem diferente de quando já se está usando todo o potencial e é necessário aumentá-lo para conseguir expandir a produção. Essa

ampliação de capacidade não é um processo rápido.

O investimento privado no Brasil é inibido pela falta de infraestrutura, pelo ambiente de negócios e pela escassez de mão de obra capacitada. Em outras palavras, temos energia elétrica insuficiente e cara; estradas, portos e aeroportos congestionados; entre outros problemas. Tudo isso limita o crescimento uma vez que o custo aumenta e o investimento fica menos interessante. A empresa cresce mais devagar.

No tocante à demanda, existem outras restrições. Uma é a poupança, que é dificultada quando existe grande aumento de consumo. A segunda é confluência de expansão do consumo e do investimento, o que tende a gerar um déficit mais elevado nas transações correntes do Brasil com o exterior. Esse déficit só não estourou nos últimos anos por conta do cenário externo favorável.

Além disso, com o aumento forte do consumo interno, a taxa de câmbio evolui de maneira a se apreciar – e o país torna-se menos interessante aos investimentos, como por exemplo, se dá hoje no setor industrial. É preciso trabalhar essas questões para continuar crescendo. Resolvê-las é fundamental para eliminar essa crise de produtividade do Brasil (Castelar, entrevista à revista *Veja*, 2012)

A Produtividade Total dos Fatores – PTF é uma medida de eficiência agregada da economia, e abrange a tecnologia bem como a eficiência da alocação dos fatores de produção [4].

É importante observar a importância relativa da acumulação de capital físico, do capital humano e da PTF para explicar a diferença de crescimento da produtividade do trabalho entre países nas últimas décadas.

O *output* pode ser um simples produto, vários modelos de um produto ou vários produtos com inúmeros modelos. Para cada produto, os dados relativos da empresa devem regularmente mostrar dia após dia ou mês a mês as seguintes informações: o número de produtos completos e prontos para embarque; o número de cada tipo ou modelo de cada um dos produtos manufaturados, prontos para embarque; o preço especificado relativo a cada produto e modelo, com base no sistema de custos da empresa.

No caso de multiprodutos, um valor para apontar a direção pode ser estipulado como multiplicador, possibilitando obter facilmente os custos de todos os modelos.

- Medições de input: devem observar aspectos relativos à mão de obra direta, indireta e mensalista, bem como à hora-máquina, à energia, aos materiais e ao capital.
- Mão de obra direta (MOD): as horas utilizadas diretamente na produção “saem junto como produto”. Por exemplo: horas MOD por unidade produzida.
- Mão de obra indireta (MOI): atividades de suporte à produção, como manutenção, almoxarifado, qualidade etc. A medição de horas ou custo por unidade de produto fabricado, horas MOI por unidade produzida.
- Mão de obra mensalista: as horas de pessoal considerado como custo fixo,

como no caso de gerentes, diretores, engenharia de processos etc.

- Hora-máquina: a hora-máquina é utilizada como medição da utilização do equipamento em produção, as horas disponíveis são calculadas em função das horas trabalhadas efetivamente, agregando valor ao produto.
- Energia: esse indicador requer estimativas de agregação de seu valor em função do produto. A energia, além de ser elétrica, pode também ser de outras fontes. Assim, podemos considerar a energia predominante ou a energia equivalente, ou seja, consideramos o equivalente em energia transformado em BTU 's (medida de energia) ou podemos ainda considerar o consumo de kW/h por produto.
- Materiais: o indicador de materiais procura identificar quanto de cada material está sendo utilizado para fazermos o produto.
- Capital: o capital é ideal para relacionar vários recursos diferentes, mas devemos ter cuidado em relação à sua validade no tempo, devido às correções monetárias. Existem relações importantes de produtividade do capital, como a relação do capital total obtido no mês pelo capital gasto no mesmo período para gerar o faturamento – ou capital gasto por unidade de produto.

Assim sendo, é calcular o Fator Total de Produtividade considerando a somatória dos valores monetários de cada fator (traduzindo-os em valor moeda) e somando todos os fatores

A seguir será apresentado um breve panorama brasileiro do período de 1994 até 2015, considerando o cenário político econômico. O ano de 1994 marcou uma mudança de longo alcance na economia brasileira. O Plano Real obteve o primeiro sucesso na contenção da expansão do nível dos preços que, desde os anos de 1980, já podia ser caracterizada como uma superinflação (base na neutralização da inércia inflacionária). Iniciou com a implementação gradual da troca de moedas (na época circulava o Cruzeiro Real) por meio da Unidade Real de Valor (URV), que era uma espécie de moeda paralela que servia para converter valores em um novo padrão monetário de forma a banir a inflação [5].

O Dicionário de Economia do Século XXI, do economista Paulo Sandroni, professor da FGV, destaca que a adoção da URV como moeda de transição foi muito importante para que os preços se estabilizassem no Brasil no segundo semestre de 1994, derrubando a inflação sem necessidade de medidas drásticas como congelamento de preços, ao contrário do que ocorreu em outros planos econômicos anteriores.

Porém, nem todos os setores da indústria comemoraram a chegada do Real. Quando o Real passou a valer, sua paridade com o dólar era de 1 para 1. A partir daí a abertura comercial e a manutenção do câmbio valorizado foram as duas principais medidas para manter a inflação sob controle. O efeito colateral era que as importações eram muito estimuladas e impediam que as empresas nacionais aumentassem seus preços, já que isso tornaria a concorrência impossível.

O primeiro mandato teve os esforços de política fiscal para uma proposta de reforma estrutural, em especial a tentativa de aprovação de emendas constitucionais e

de legislação voltada para a redução do déficit previdenciário e alterações na estrutura administrativa do setor público, além de ações patrimoniais como a privatização e o reconhecimento de passivos contingentes. Somando a isso, o governo federal envidou esforços para conter a expansão fiscal dos governos subnacionais.

Apesar disso, houve menor empenho quanto ao controle direto de receitas e despesas no nível primário. Desta forma, o resultado fiscal complicou-se nesse período, especialmente diante da oposição política enfrentada no Congresso às principais medidas de ajuste que envolvia mudanças constitucionais ou infraconstitucionais [6].

A estratégia de FHC esperava um incremento da produtividade, decorrente do desenvolvimento tecnológico, por meio de maior competitividade e do aumento do investimento externo. A consequência seria o crescimento da economia e do emprego. Esperava-se também, que os aumentos da produtividade e competitividade, levariam em médio prazo, ao aumento das exportações e, por conseguinte, a redução da vulnerabilidade externa.

O auge do programa de privatização brasileiro ocorreu durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/98). Dois fatores permitiram essa significativa expansão do volume e da abrangência das privatizações: o primeiro foi a participação dos governos estaduais no esforço de privatização, o que possibilitou a venda de diversas companhias de distribuição de eletricidade; o segundo foi a decisão de alterar a Constituição para acabar com o monopólio do governo sobre certas áreas e eliminar a discriminação contra as subsidiárias de companhias estrangeiras, criando-se com isso a oportunidade de expandir o programa de privatização para setores como telecomunicações, eletricidade e mineração, que eram as principais áreas produtivas sob controle estatal no Brasil. Também nessa época, outras áreas que viviam sob a tutela do Estado há décadas, como as ferrovias e os portos, foram parcial ou totalmente transferidas ao setor privado. [7].

Privatizar foi, para o Governo FHC, a resposta encontrada para evitar a explosão da dívida pública, agravada pelo contínuo aumento do déficit fiscal a partir de 1995. Contudo, a venda de tais empresas não conseguiu conter o crescimento desta dívida. Mesmo que entrasse capitais estrangeiros, por meio do investimento direto, dando um tempo a mais ao governo para a substituição da “âncora cambial”, o Governo não obteve os resultados almejados.

Entre as iniciativas fiscais do primeiro mandato, as mais importantes foram as propostas de emenda constitucional – conhecidas como Reforma da Previdência e Reforma Administrativa. A emenda possibilitou o refinanciamento de dívidas estaduais e municipais; o ajuste patrimonial por meio de privatizações; e o reconhecimento de passivos contingentes (os chamados “esqueletos”).

Entre as iniciativas de reforma estrutural que surtiram resultados, destaca-se o disciplinamento das finanças dos governos estaduais e municipais, possibilitado pela Lei nº 9.496/97, que instituiu os acordos de refinanciamento das dívidas estaduais e municipais junto à União. Os acordos de transferência de dívida vieram acompanhados

de compromissos de pagamento do débito junto ao governo federal que, na prática, resultaram em uma limitação para a expansão indiscriminada do déficit público fora da esfera federal. Note-se que o processo de socorro do Governo federal aos governos estaduais e municipais foi recorrente na história brasileira das últimas décadas, com a conta sendo inevitavelmente transferida aos contribuintes da União. Embora os resultados dos acordos não tenham aparecido no primeiro mandato, contribuíram para a disciplina fiscal que se implantou no período posterior.

A seguir será apresentado o cenário do segundo mandato do Governo FHC (1999-2002). No período de 1995 a 1998, o empenho para a estabilização veio junto a desequilíbrios fiscais e externos. Um importante passo na direção da reversão desses desequilíbrios foi dado em 1999 promovendo uma tríplice mudança de regimes - cambial, monetário e fiscal [7].

O Quadro 1 apresenta um resumo das principais mudanças do Regime de Política Econômica de FHC em seu segundo mandato.

	SITUAÇÃO NO 1º MANDATO	DATA EFETIVA DA MUDANÇA	MUDANÇAS NO 2º MANDATO
REGIME FISCAL	<ul style="list-style-type: none"> • Esforços de reforma estrutural e patrimonial do setor público, com a apresentação de propostas legislativas e privatização. • Introdução de medidas de controle das finanças dos governos estaduais e municipais, com efeito estrutural, mas resultados não-imediatos. • Controle primário insuficiente: aumento do déficit primário. • Aumento da despesa com juros devido à instabilidade financeira. 	28 de outubro de 1998 (<i>anúncio do Programa de Estabilidade Fiscal</i>).	<ul style="list-style-type: none"> • Ajuste fiscal voltado para a geração de superávits primários, baseado em aumento de receitas e redução de despesas, com maior ênfase nas primeiras. • Fadiga reformista, embora propostas importantes tenham sido implementadas (Lei de Responsabilidade Fiscal, fator previdenciário).
REGIME MONETÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> • Subordinado à âncora cambial. • Choques externos requereram contração monetária recorrente. 	12 de janeiro de 1999 (<i>relaxamento da âncora cambial</i>) e maio de 1999 (<i>introdução do regime de metas de inflação</i>).	<ul style="list-style-type: none"> • Metas de inflação, possibilitando resposta mais suave aos choques.
REGIME CAMBIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Câmbio administrado. • Déficits crescentes em conta corrente. 	12 de janeiro de 1999 (<i>abandono da defesa das bandas cambiais</i>).	<ul style="list-style-type: none"> • Flutuação suja. • Reversão dos déficits em conta corrente.

Quadro 1- Principais mudanças no Regime de Política Econômica no Segundo Mandato (1999-2002).

Fonte: Revista Tempo Social, Política econômica do segundo governo FHC.

O segundo mandato foi marcado por mudanças na área fiscal, que tiveram início em parte durante o primeiro mandato, mas, devido a seu alcance, só foram apresentar resultados no período posterior. A principal alteração, de impacto imediato, foi a introdução do Plano de Estabilidade Fiscal, em outubro de 1998, que passou a estipular o patamar de superávit primário do setor público necessário para a estabilização da razão dívida/produto. Foram criadas metas de superávit primário, desenhadas para estabilizar a razão entre a Dívida Líquida do Setor Público e o PIB [7].

Com a retomada da confiança na economia brasileira, após recuperação da crise de 1999, no qual contribuiu a mudança no superávit primário, a despesa financeira do setor público passou a diminuir até meados de 2001 [7].

O Programa de Estabilidade Fiscal foi baseado na elevação de receitas, enquanto as despesas continuaram crescendo. Em consequência, a carga tributária cresceu

durante o período. Em parte, esse comportamento pode ser creditado à dificuldade política envolvida na aprovação de reformas estruturais e medidas voltadas para a contenção de despesas. Esse movimento corresponde a uma mudança da composição da despesa pública, com menos investimento e mais custeio, devido à necessidade de manobra na parcela do orçamento sob o controle discricionário do governo.

A estrutura institucional e operacional das finanças públicas no segundo mandato foi completada com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, foi possível aprovar o Fator Previdenciário do INSS e uma parte da Reforma Administrativa.

Os gastos sociais mantiveram, durante o segundo mandato, o patamar mais elevado atingido no fim do primeiro mandato, conforme dados apresentados na Figura 1.



Figura 1- Gráfico: Trajetória do Gasto Social Federal, 1995 a 2002.

Fonte: Elaboração própria com dados da SIAFI/SIDOR

Como resultado da âncora cambial do primeiro mandato e da consequente apreciação do câmbio, o saldo em transações reais experimentou deterioração quase contínua durante o Plano Real. O superávit evaporou rapidamente com a apreciação da taxa de câmbio no segundo semestre de 1994, o que se somou a uma intensificação do ritmo de crescimento com a estabilização dos preços. De um superávit de US\$4,8 bilhões em 1994, o país passou a um déficit de US\$10,9 bilhões em 1995, o qual se aprofundou daí em diante. De fevereiro de 1997 a janeiro de 1998, esse déficit atingiu o seu pico histórico de US\$19,7 bilhões [7].

Durante esse período, que combina maior abertura comercial com valorização cambial intensa, o ritmo de crescimento das exportações e importações foi ainda mais díspar que no período anterior. Comparando-se o ano de 1998 com os doze meses terminados em junho de 1994, portanto o período que vai do lançamento do Real até a sua flutuação, as exportações de bens e de serviços apresentaram um crescimento de 32,3%, enquanto as importações expandiram-se em 105,1% [7].

O crescimento da economia brasileira durante o segundo mandato aumentou relativamente ao crescimento da América Latina, seguindo a tendência dos países desenvolvidos da economia mundial, como mostra o Quadro 2.

PERÍODO	MUNDO	PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	AMÉRICA LATINA	BRASIL
1981-1989	3,2	4,2	1,3	2,3
1990-1994	1,7	5,5	2,8	1,2
1995-1998	2,9	5,5	3,0	2,6
1999-2002	2,5	4,5	1,6	2,2

Quadro 2 - Taxas de Crescimento do PIB Mundial, dos Países em Desenvolvimento e da América Latina: Médias anuais por período (em % ao ano).

Fonte: IBGE, Ipeadata e elaboração dos autores. Dados populacionais com base julho, conforme disponível no sistema de recuperação de dados do Ipeadata (www.ipeadata.gov.br).

A tríplice mudança de regime contribuiu para criar as bases para um novo ciclo de crescimento, interrompido com a sequência de choques que se sucederam em 2001 e 2002, com destaque para a crise do “apagão”, para o ambiente internacional desfavorável e para as consequências da tensão pré-eleitoral no Brasil.

Uma herança positiva do segundo mandato foi a redução na oscilação do produto. Em momentos anteriores, as crises internacionais levaram ao encolhimento no PIB, seguidas de recuperações intensas. Ao final do segundo mandato, podia-se observar um quadro bastante diverso. Mesmo submetida a intensos choques domésticos e externos a partir de 2001, a economia apresentou taxa de crescimento relativamente estável de 1,5% ao ano em 2001 e 2002 [8].

No final do 1º trimestre de 2002 o Brasil enfrentava mais uma nova crise cambial, com uma desvalorização do Real e fuga de capitais. A fragilidade financeira se aprofundava e a possibilidade de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) ganhar as eleições ampliava o campo para especulação do Real. Esses movimentos contribuíram substancialmente para o aumento da vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira do setor público, elevando com isso o risco país e afugentando os investidores [9].

O período de 2003 até 2006 correspondeu ao primeiro mandato do Governo Lula. Nesse período, a política monetária foi pautada pelo comprometimento a respeitar e seguir o tripé macroeconômico permaneceu semelhante à de FHC. No primeiro trimestre de 2003 e no decorrer deste ano, o compulsório e a taxa de juros básica do Banco Central elevaram-se a níveis maiores que as anteriormente estabelecidas pelo governo FHC, consubstanciando, a mostrar-se replicante às medidas adotadas pelo governo anterior frente às turbulências do mercado externo [9].

Lula priorizou o controle da inflação, a ser combatida através da contenção da demanda agregada, e a abertura comercial e financeira. Isto é, conter os desequilíbrios macroeconômicos gerados durante o governo FHC, notadamente, a dívida pública

e os déficits em conta corrente, e os desequilíbrios sociais mais intensos através de políticas sociais para minorar a extrema pobreza. Para isso deu continuidade e/ou aprofundou políticas impulsionadas ao final do governo FHC, como a contenção dos gastos públicos e ampliação do superávit primário, estabelecimento do câmbio flutuante e implementação de políticas sociais para uma população ameaçada com a queda dos rendimentos, o desemprego crescente e a recessão econômica.

Além disso, manteve o manejo das taxas de juros, significativamente apreciadas, como o principal instrumento de controle da inflação. Por outro lado, sustou políticas como as de privatização, impulsionando em seu lugar as licitações através das parcerias público-privadas, ampliando o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no fomento da atividade industrial, o que serviu de contrapeso às políticas de altos juros [10].

O resultado imediato desse conjunto de políticas restritivas foi: queda do investimento e do consumo e, portanto, contração da produção e da renda, bem como o aumento do desemprego [10].

A taxa de crescimento do Brasil em 2003 foi considerada mínima com variação anual do PIB de 1,1%, resultado da crise cambial de 2002. Porém, a partir de 2003 o novo governo adotou a política de valorização cambial que, grosso modo, onera as exportações. Apesar de contraditório a conta de transações correntes durante esse período mostrou-se crescente – com os sucessivos resultados de superávits primários obtidos na balança comercial –, até então só obtidos pelo governo FHC em 2001, mas, se justifica pelo cenário internacional favorável (expansão da produção mundial com aumento de 5,7% em 2004, comparado a 2003) [10].

Ainda segundo os autores supracitados, o aumento dos superávits na balança comercial foi maior, além de mais rápido, do que o aumento dos déficits na conta de serviços e rendas.

O resultado positivo da balança comercial implicou em aumento considerável da capacidade de pagamento do país frente aos credores internacionais, resultando e um clima de confiança comercial que impactou positivamente para a diminuição do risco país, conseqüentemente, redução da vulnerabilidade externa. Assim, o governo pôde a partir de 2004, definir estratégia política de redução das taxas de juros que permaneceu em queda até o desfecho do 1º mandato com a SELIC em 14,50% e inflação efetiva de 3,14% [11].

Os resultados obtidos no período de 2003 a 2006 foram favoráveis para manutenção do regime governamental, que sob elevado índice de aceitação por parte da população brasileira, permitiu a reeleição de Lula para o mandato seguinte (2007-2010).

No segundo mandato, Lula abriu mão da política monetária rígida. Manteve-se no período de 2007 e primeiro trimestre de 2008 em constante redução da taxa básica de juros, iniciando em janeiro de 2007 em 13,0%, chegando a 11,25% em março de 2008 (Banco Central do Brasil). O objetivo principal era estimular a expansão do

investimento que se mostrava crescente desde o segundo trimestre de 2004, com a finalidade de promover o aumento do produto potencial e a criação de novos postos de trabalho.

Com a expansão do crédito, permitiu maior poder de compra às famílias de baixa renda, que seguindo o estímulo da política monetária expansionista, lançaram-se no mercado de consumo, impulsionando a expansão produtiva e conseqüentemente, a elevação do PIB para níveis maiores.

Dados do IPEA de 2010 mostram que o Brasil experimentava em sua história recente o mais longo ciclo de crescimento econômico, que perdurou de 2004 à 2008, interrompido pelo surgimento da crise financeira dos EUA, desencadeada em setembro de 2008 no mercado imobiliário norte-americano - que teve como resultados, a falência dos dois principais bancos de investimentos dos Estados Unidos, Lehman Brothers e Merrill Lynch –, prevalecendo assim, a certeza de que o sistema financeiro dos EUA estava fragilizado.

Os resultados foram imediatos e sentidos em todo o mundo – em maior ou menor proporção. A economia brasileira retraiu e obteve resultados negativos na expansão da produção, registrando uma queda de -0,3% do PIB no final do exercício de 2009.

Essa desaceleração econômica mundial, associada à queda dos preços das commodities em fins de 2008, impactou negativamente na queda das exportações brasileiras, traduzindo em um crescente desequilíbrio na balança comercial doméstica, forçando o governo brasileiro a, novamente, adotar políticas monetárias ortodoxas. Assim, em outubro de 2008, além da elevação da taxa de juros em 0,5%, o câmbio que não se desvalorizava desde 2003, saiu de R\$1,9135 em setembro para R\$2,1145 em outubro do mesmo ano, chegando a fevereiro de 2009 a R\$2,3776, quando retomou a prática da valorização cambial e, em dezembro de 2009 já era igual a R\$1,7404. De igual maneira, os juros voltaram a cair e em dezembro de 2009 registrou valor igual a 8,75% (Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos).

O primeiro e o curto segundo mandato do Governo Dilma, de 2011 a 2016, serão tratados em conjunto. Dilma recebeu uma economia com bom desempenho dos últimos anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e, apesar da desaceleração, conseguiu mantê-la com crescimento positivo até o final de 2013.

A presidente também reduziu as taxas praticadas pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, o que influenciou na diminuição da taxa praticada por bancos privados. Os juros baixos estimularam empresas a investirem e os consumidores, a comprarem mais produtos, aquecendo a economia. A queda da Selic também provocou a redução dos juros que incidem sobre parte da dívida pública do governo. Porém, o movimento não se mostrou sustentável em longo prazo devido à evolução de outros indicadores da economia. A taxa de juros voltou a crescer, retornando a um patamar superior ao do início do governo da presidente Dilma. A inflação anual medida pelo IPCA ficou acima da meta estabelecida pelo Banco Central, de 4,5%.

Depois dos anos de “boa fase” do governo Lula, quando a economia chegou a

crescer 7,5%, o PIB não repetiu o mesmo desempenho. A inflação voltou a subir e a crise econômica começou a afetar o mercado de trabalho, aumentando o desemprego.

Em 2013 começaram a ocorrer as chamadas pedaladas fiscais, nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o INSS. O objetivo era melhorar artificialmente as contas federais. Ao deixar de transferir o dinheiro, o governo apresentava todos os meses despesas menores do que elas deveriam ser na prática.

Em março de 2014, a operação Lava Jato começou a investigar um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e políticos. Indícios de que a compra da refinaria teria sido desastrosa para a estatal - em uma época em que Dilma ainda era ministra de Minas e Energia do governo Lula e presidente do Conselho Administrativo da empresa - levaram ao pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Duas CPIs acabaram sendo criadas: uma exclusiva do Senado e uma mista.

No ano seguinte, em que Dilma disputou a reeleição, o país ficou estagnado. O primeiro ano do segundo mandato, 2015, assistiu à piora da economia, com recessão de 3,8%, em meio à alta da inflação e dos juros, corte de investimentos públicos e privados e crise de confiança alimentada pela instabilidade política.

A taxa de desemprego que se mantinha estável no primeiro mandato, logo no segundo mandato a situação se inverteu. Com a economia em crise, o mercado de trabalho passou por um rápido processo de piora, com reflexos sobre o emprego e formalização do trabalho. A taxa de desemprego do país cresceu para 8,5% na média no ano passado, segundo dados do IBGE. Esse resultado é o maior já medido pela Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), iniciada em 2012. Em 2014, a média foi de 6,8%.

Diante de um cenário de crise econômica e ajustes fiscais, a reprovação do governo Dilma chegou a 62% em 2015 (DATAFOLHA), e levou milhares de brasileiros às ruas das principais cidades do país. As principais bandeiras dos manifestantes eram o combate a corrupção e a saída de Dilma e do PT do governo. Muitos elogiavam a atuação do juiz Sérgio Moro, da Lava Jato.

O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa apresentada neste artigo é de caráter exploratório e descritivo. Os resultados foram obtidos por meio de coleta e sistematização de referências bibliográficas e dados que relacionam a produtividade ao crescimento econômico.

O período analisado compreende os anos 1995; refere-se às políticas econômicas adotadas em cinco mandatos presidenciais, iniciando pelos dois do Presidente Fernando Henrique Cardoso, passando pelos dois do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e finalizando com um da Presidente Dilma Rousseff.

A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental dos presidentes citados acima, foram realizadas a partir de levantamentos de referências publicadas por meios escritos e eletrônicos como artigos científicos, revistas, jornais e páginas de web sites.

Foram utilizados dados disponibilizados por órgãos públicos e independentes. Do *Conference Board* foram utilizados dados sobre a produtividade mundial e a metodologia do cálculo da produtividade. Do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foram utilizadas as publicações eletrônicas de suporte técnico para formulação e reformulações das políticas públicas; e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para metodologia do cálculo do PIB; além de artigos publicados relacionados ao tema.

4 | RESULTADOS

O indicador de produtividade adotado neste trabalho é o da *The Conference Board (Total Economy Database - Output, Labor, and Labor Productivity, 1950-2016)*. É uma organização americana, independente, que reúne cerca de 1200 empresas públicas e privadas em 60 países. Assim sendo, a produtividade dos trabalhadores de um determinado país é a razão do PIB (Produto Interno Bruto) pela quantidade de empregados. O valor obtido para cada país estudado é comparado ao dos Estados Unidos da América, tomado como 100%.

A Figura 2 ilustra a produtividade dos trabalhadores de alguns países, em relação ao trabalhador americanos. Foram considerados dados do *The Conference Board* de 2016. Nota-se que a produtividade do brasileiro é igual a do trabalhador chinês, ou seja, um quarto daquela dos americanos.

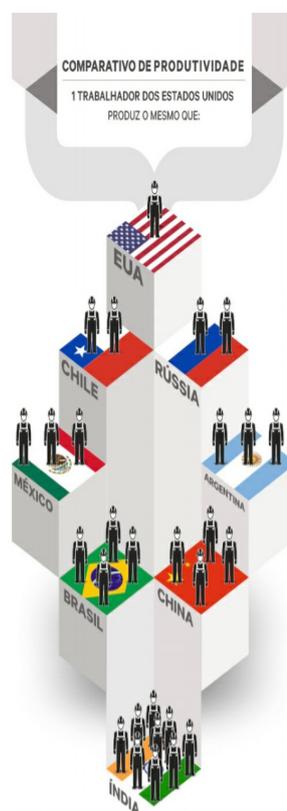


Figura 2- Comparativo de Produtividade, ano 2016.
Fonte: The Conference Board Total Economy Database, 2016.

Fonte: Elaborado por Portal da Indústria.

A Tabela 1 mostra o PIB dividido por número de trabalhadores do Brasil e dos EUA; sendo que na última coluna é mostrada a produtividade dos trabalhadores brasileiros. Os dados apresentados foram divulgados em maio de 2016 pelo The Conference Board. Nota-se que a produtividade do trabalhador brasileiro equivale a aproximadamente um quarto da produtividade do trabalhador americano.

Os dados mostram que a produtividade do trabalhador brasileiro caiu ao longo do período considerado. Em 1995 era de pouco menos de um terço e chegou a 2016 abaixo de um quarto.

O Brasil apresenta uma taxa de produtividade baixa em termos absolutos e relativos, isso mostra que o país não conseguiu acompanhar o crescimento da fronteira tecnológica entre 1970 e 2011 [12].

Ainda de acordo com a referência supracitada, o Brasil ficou parado ao mesmo tempo que outros países tiveram um crescimento de forma substantiva. Com o baixo crescimento da produtividade, o Brasil vem ocupando uma posição muito distante em relação aos países mais produtivos do mundo.

ANO	EUA (US\$)	BRASIL (US\$)	BRASIL/EUA (%)
1995	87.084	25.985	29,8%
1996	89.088	27.119	30,4%
1997	91.019	27.600	30,3%
1998	93.648	27.844	29,7%

1999	96.486	26.558	27,5%
2000	99.034	26.904	27,2%
2001	99.925	27.051	27,1%
2002	101.977	26.842	26,3%
2003	103.997	26.716	25,7%
2004	106.802	26.879	25,2%
2005	108.526	26.916	24,8%
2006	109.371	27.290	25,0%
2007	110.102	28.481	25,9%
2008	110.266	29.438	26,7%
2009	111.322	29.243	26,3%
2010	114.784	30.236	26,3%
2011	116.003	30.801	26,6%
2012	116.446	30.773	26,4%
2013	117.018	31.259	26,7%
2014	117.987	30.838	26,1%
2015	118.826	29.583	24,9%
2016	118.826	28.337	23,8%

Tabela 1- Produtividade dos trabalhadores por empregado considerando preços de 2015.

O Brasil teve um crescimento de produtividade em 2011 se comparado ao ano de 1960, no qual representava cerca de 40% da produtividade dos países mais ricos do mundo (OCDE). Porém, comparando-se os números da produtividade em 2011, o Brasil representa cerca de 26% em relação ao OCDE [12].

Diversos gargalos impedem o crescimento da produtividade brasileira. Isso tem sido agravado pela crise econômica iniciada em 2015. Investigar fatores como a educação (qualificação da mão de obra), tecnologia e inovação, infraestrutura, carga tributária, investimentos, cultura e gestão empresarial pode levar ao um consenso da importância da produtividade para a economia e desenvolvimento da sociedade em geral do Brasil.

Enfim, identificar e diagnosticar os fatores que interferem na produtividade das empresas brasileiras e o seu crescimento, analisar o comportamento dessas empresas diante do cenário atual e no que isso afeta a sua produtividade, pode contribuir para identificar os empecilhos ao crescimento da produtividade do trabalhador brasileiro.

A educação é apontada como um dos mais relevantes para a prosperidade de uma nação. O investimento em capital humano é responsável por grande parte das diferenças de produtividade entre os países. A educação e a produtividade, medida através dos rendimentos dos trabalhadores são positivamente correlacionados, sustentando a hipótese de que mão de obra mais qualificada pode usar os insumos tangíveis da empresa de maneira mais efetiva [13].

No Brasil as diferenças educacionais na população são grandes assim como os diferenciais salariais associados a estas diferenças educacionais. Quanto maior for a escolaridade do trabalhador, mais habilidoso ele será, e por sua vez, mais produtivo (Teoria do Capital Humano). O trabalhador mais escolarizado é o que detém o maior salário, ou seja, estima-se uma função de rendimentos minceriana, a qual relaciona

rendimentos e escolaridade e dá uma ideia de associação entre produtividade e escolaridade. De forma análoga a Teoria do Capital Humano, as empresas utilizam a escolaridade como um sinal para diferenciar os trabalhadores mais ou menos qualificados. Em geral, ambos se supõem que a escolaridade estaria associada à produtividade.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais, realizado pelo IBGE-PNAD, em 2014, o rendimento-hora médio das pessoas com 12 anos ou mais de estudo era R\$ 27,50, o que correspondia a 3,8 vezes o rendimento hora da população ocupada com até quatro anos de estudo. Em 2004, essa relação era 5,3 vezes. Essa redução das disparidades de rendimentos segundo a escolaridade ocorreu devido a maior variação do rendimento entre os menos escolarizados. No período, o crescimento do rendimento-hora médio da população ocupada com até 4 anos de estudo foi de 76,3%; enquanto entre os mais escolarizados, a variação foi de 25,1%.

A mesma síntese analisa o crescimento da escolaridade (excluindo-se os grupos etários em processo de escolarização). A partir de 2007 houve um aumento significativo de pessoas com nível superior completo, e uma redução daqueles que possuíam menos de sete anos de estudo (fundamental completo, incompleto e sem instrução).

É possível que todos os trabalhadores com o mesmo nível de escolaridade não tenham a mesma produtividade devido às diferenças no seu ambiente em que eles estão trabalhando e que poderia estar atuando nos efeitos que a escolaridade teria no aumento da produtividade. Um resultado importante dessa relação pode ser visto na demanda por trabalhadores tendenciados por mudança tecnológica devido à capacidade que os trabalhadores com maior nível de escolaridade teriam de implementar as novas tecnologias [15].

Há estudos entre escolaridade e produtividade que seria focar a análise na dispersão da produtividade a partir da qualidade dos insumos que diferem entre as empresas. O trabalhador mais qualificado irá utilizar a melhor forma os insumos, evitando desperdícios e otimizando o processo.

O Custo-Brasil implica em perda de competitividade, representando um grande atraso para o crescimento do País. As empresas que aqui operam têm de conviver com a carga tributária excessiva, com a logística deficiente, com a burocracia onerosa, lidar com a rigidez da legislação trabalhista, entre outros fatores.

Com base nas análises realizadas pela Confederação Nacional da Indústria – CNI (1995), Banco Mundial (1996). FIESP/DECOMTEC (2013) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2012) foram identificadas e tomadas como principais componentes do Custo-Brasil: a carga tributária, a burocracia, a infraestrutura de transportes e os encargos sociais.

O Custo Brasil independe de estratégias das empresas, pois decorre de deficiências em fatores sistêmicos, as quais somente podem ser resolvidas com políticas de Estado.

Outro fator relevante para explicar a baixa produtividade dos trabalhadores

brasileiros é a carga tributária. Conforme a Receita Federal, a carga tributária no país – a soma de todos os impostos, contribuições e taxas pagas pelos cidadãos e empresas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Em decorrência de financiar obras de utilidade pública, como as de infraestrutura, e outros serviços, a carga tributária torna-se um elemento essencial para o bom funcionamento de uma economia. Ela é obtida a partir da razão entre o total da arrecadação nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e o valor do Produto Interno Bruto (PIB) anual, expressa em pontos percentuais. A partir desse cálculo é possível identificar quanto da riqueza gerada no país é destinada unicamente aos cofres públicos [15].

A Receita Federal aponta que impostos são receitas tributárias cujo fato gerador independe de uma atividade específica do estado em relação ao contribuinte. A Constituição veda à vinculação de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a repartição do seu produto entre os níveis de governo [16].

As taxas têm o seu fato gerador vinculado a uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Esta atividade refere-se à utilização, efetiva ou potencial, de serviço público ou do poder de polícia; o fato gerador das contribuições, tal qual o dos impostos, não se vincula a prestação de atividade ao contribuinte, entretanto, o produto de sua arrecadação pode ser destinado a custeio específico [16].

Os tributos e contribuições apresentados no Quadro 3 podem ser classificados como indiretos ou diretos, conforme a possibilidade de o contribuinte transferir ou não, respectivamente, a outrem o ônus financeiro decorrente do pagamento da exação. O processo de transferência se caracteriza, geralmente, pela agregação do valor do tributo/contribuição ao preço de mercadorias ou serviços a serem vendidos.

TRIBUTOS DIRETOS	TRIBUTOS INDIRETOS
<ul style="list-style-type: none">• INSS• CSSL• IR• IPVA• IPTU• ITBI• IOF - P. Física (60%)• Outros	<ul style="list-style-type: none">• ICMS• IPI• ISS• Comércio Ext.• COFINS• PIS/PASEP• IOF - P. Jurídica (40%)

Quadro 3- Tributos diretos e indiretos cobrados no Brasil.

Fonte: Receita Federal (2017)

A carga tributária exerce influência diretamente nos investimentos e no crescimento da economia. Com a alta da carga tributária resulta na diminuição do investimento privado e, conseqüentemente, no aumento de negócios no mercado informal. Outra observação a ser feita é quando o retorno do governo à sociedade é desproporcional aos impostos arrecadados. Observa-se a carga tributária total distribuídas entre a União, Estados e Municípios é de aproximadamente 40% do PIB brasileiro [16].

A burocracia é também apontada como fator relevante para explicar a baixa produtividade do trabalhador brasileiro. Exerce impacto negativo no ambiente de

negócios, pois dificulta os processos de abertura e encerramento de empresas no Brasil. A regulamentação é o ponto de partida para se falar em burocracia, que infelizmente impacta de forma negativa no PIB. Desburocratizar é delegar mais poder a outros, ou seja, parte do “poder” deixaria de estar nas mãos do governo, além de otimizar os processos e procedimentos.

O Estado, como organização formal e institucionalizada, interfere no ambiente de negócios das empresas que se submetem a sua regulamentação. Um ambiente burocratizado dentro das organizações atua diretamente no seu desempenho, limitando sua produtividade.

A burocracia é um dos obstáculos mais citados em se tratando de Custo Brasil. Neste trabalho a burocracia é interpretada como a complexidade existente na legislação tributária que, como consequência, gera lentidão na preparação e no pagamento dos impostos por parte das empresas.

Segundo a FIESP/DECONTEC, a *burocracia tributária* é o tempo gasto pelas empresas em um ano para preparar e efetuar o pagamento de impostos. A CNI (2008) destaca que o excesso de tributos exige obrigações desnecessárias e custosas dos contribuintes.

Estudo apresentado pela FIESP/DECONTEC, cita que o país se destaca não só pela alta carga tributária (em % do PIB), como pela complexa estrutura regulatória dos impostos e contribuições. Considerando empresas de mesmo porte, nos EUA apenas duas pessoas são responsáveis pela área tributária de uma empresa, ao passo que no Brasil são necessárias mais de duas centenas, segundo depoimento de uma empresa de atuação internacional ao estudo da DECONTEC [17].

Já outra empresa em seu depoimento, divulgou que mantinha até 2007, no Brasil, um departamento de administração tributária com 25 funcionários, o dobro do pessoal necessário para as mesmas funções nas filiais da Argentina, México, Venezuela e Chile juntas [17].

De acordo com o Banco Mundial, *infraestrutura econômica* abrange os principais setores que subsidiam os domicílios e a produção, a saber: energia, transportes, telecomunicações, fornecimento de água e saneamento e, algumas vezes, os setores de habitação e hidrocarbonetos [18].

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ela engloba os setores de energia elétrica, telecomunicações, saneamento e logística (rodovias, ferrovias e portos) [19].

Já para o Conselho Econômico para a América Latina e Caribe (Cepal), este termo é bem abrangente e inclui a prestação de serviços públicos de abastecimento de água, energia elétrica, gás natural, coleta de resíduos, comunicação, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, drenagem e irrigação [18].

A infraestrutura econômica adequada consegue elevar a produtividade. Um exemplo é a *infraestrutura de transportes*, estradas bem pavimentadas reduzem custos de operações e manutenções de caminhões, elevam a durabilidade do veículo

e reduz o tempo de transporte de insumos e produtos, diminuindo o valor dos fretes. A existência de modais alternativos para o escoamento pode baratear os custos logísticos da empresa e aumentar sua eficiência, podendo elevar a competitividade de seus produtos.

Tratando-se de logística e transporte, a melhoria das condições de estradas e modais alternativos possibilita o alcance de áreas distantes e remotas, e podem gerar crescimento na oferta de mão de obra; ampliar a demanda por diversos produtos e consequência do aumento da capacidade de escoamento; ou simplesmente facilitar o escoamento da produção para os mercados interno e externo. VELLOSO *et al.* observa que infraestrutura de transportes de boa qualidade possibilita que a atividade econômica se localize de forma mais eficiente dentro do território nacional [18].

O transporte de baixa qualidade resulta em custos e ineficiência por toda a economia, pois não há setor que não dependa do transporte de insumos e produtos, além de enfatizar os fluxos de comércio, pois transporte ineficiente reduz as possibilidades de comércio.

A infraestrutura adequada também beneficia a produtividade do trabalhador. A redução do tempo de deslocamento do trabalhador reduz o estresse gerado no trajeto casa-trabalho. Transporte público de qualidade oferece conforto e economia no deslocamento do trabalhador, além de diminuir grande volume de automóveis circulando pelas ruas e estradas. Estes exemplos citados podem converter na melhora da qualidade de vida do trabalhador, utilizando o tempo gasto do deslocamento em outras atividades menos estressantes, além de melhorar a disposição para o trabalho (problemas dessa natureza tendem a elevar os atrasos e o absenteísmo).

Citando a *infraestrutura urbana* (abastecimento de água, existência de serviço de esgoto e disponibilidade de energia elétrica), oferece melhor qualidade de vida para os trabalhadores e seus familiares. A falta de saneamento compromete a saúde do trabalhador, aumenta o cansaço e o absenteísmo.

A melhoria na *infraestrutura energética* pode aumentar a capacidade de produção nas empresas. É possível reduzir gastos com energia e combustível adotando recursos mais eficientes ou mais baratos. Vale destacar que preço, oferta e segurança no fornecimento de energia, afeta a produtividade, especialmente no setor industrial.

No caso de *infraestrutura em telecomunicações*, o maior ganho gerado por uma estrutura sólida e interligada deriva do desenvolvimento da tecnológica. As empresas podem divulgar e comercializar seus produtos e serviço independente da distância que o separa de seus clientes, além de auxiliar na comunicação horizontal e vertical das empresas e em tarefas importantes como os sistemas integrados de gestão, treinamentos, entre outros.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e em inovação são fatores relacionados com a produtividade do trabalho e podem contribuir para sua melhoria no futuro. A capacidade de inovar é um fator determinante para a competitividade das empresas, ampliam seu dinamismo em um processo contínuo de desenvolvimento

tecnológico.

A análise da relação entre investimentos em P&D, inovação e produtividade na economia brasileira no período recente pode contribuir em políticas nos segmentos em que a produtividade é mais sensível aos esforços de inovação nas empresas. Esses esforços envolvem não apenas as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), a empresa deve investir em fatores que aumentem sua capacidade de inovação, como a contratação de trabalhadores capacitados e habilitados, além de aquisição de máquinas e equipamentos de alta tecnologia.

A inovação também é medida pela empresa ao gerar novos produtos, novos processos produtivos, novas formas eficientes de gerenciar o negócio e conquista de novos mercados.

As atividades inovadoras envolvem o uso, a aplicação e a transformação de conhecimento científico e tecnológico na solução de problemas práticos [20].

Então, uma das formas para entender o processo de inovação é por meio da função de produção, na qual a inovação é o produto e o capital humano e esforços em P&D são os insumos, o que é chamada de “função de produção de conhecimento” [21].

Infelizmente, a implementação da P&D, por ser uma medida de insumo, não garante a descoberta e comercialização de novos produtos, nem processos realmente novos e eficazes. Investir em inovação é relativamente alto, demanda de tempo e dinheiro.

A Pesquisa de Inovação (PINTEC), realizado pelo IBGE, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, apontou em 2011 os problema e obstáculos à inovação. O curioso que neste estudo, pela primeira vez, a identificação de uma dificuldade de natureza não estritamente econômica entre as duas mais importantes indicadas pelas empresas inovadoras do setor de Indústria; 72,5% destas atribuíram importância alta ou média à falta de pessoal qualificado, obstáculo apenas superado pelo custo, assinalado por 81,7% das empresas do mesmo segmento. O terceiro posto foi assumido pelos riscos (71,3%), seguido pela escassez de fontes de financiamento (63,1%). Os elevados custos também foram os obstáculos mais relevantes nos Serviços (81,5%) e no setor de Eletricidade e gás (83,2%).

Conforme o estudo apresentado pelo PINTEC em 2011, os principais instrumentos utilizados pelas empresas inovadoras foram o financiamento para compra de máquinas e equipamentos e outros programas de apoio, que agregam as bolsas oferecidas pelas Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPs e pelo Programa Recursos Humanos para Áreas Estratégicas - RHAE-Inovação, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, os programas de aporte de capital de risco do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, e outros, como compra governamental, incentivos fiscais concedidos pelos estados especificamente para o desenvolvimento de P&D, etc. Os

menos utilizados foram a subvenção econômica e o financiamento a projetos de P&D e inovação tecnológica em parceria com universidades ou institutos de pesquisa.

Cerca de 14,3 mil empresas industriais utilizaram algum incentivo público federal para desenvolver suas inovações de produto e/ou processo nesse último período. A proporção cresce de acordo com o tamanho da empresa [22].

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados mostram através da análise agregada dos fatores a interferência na produtividade e na eficiência da economia brasileira. Podem-se compreender algumas características e gargalos para o crescimento econômico do Brasil e seu desenvolvimento social.

No âmbito político/econômico, com base no trabalho realizado, percebe-se que o governo FHC e Lula, convergiram para a estabilidade econômica, voltada para a contenção dos preços (inflação), conseqüentemente, corroborou para níveis de crescimento mais moderado. Desta forma, o Plano Real apresenta-se nesse bojo como um divisor de águas, pois, conseguiu trazer de volta à economia brasileira a estabilidade econômica, até então, não atingida pelos planos econômicos que o antecederam. Assim, a política monetária condicionou-se como principal política de ação econômica de governo, cuja primazia era voltada para o melhoramento do bem estar social e econômico, através do controle inflacionário.

Devido ao alto Custo Brasil, gerar um programa de desburocratização para reduzi-lo, cujo objetivo seria simplificar, racionalizar, otimizar os processos para que ajude a melhorar o ambiente de negócios e a competitividade das empresas nacionais. O Fator Custo Brasil obstrui os investimentos em melhorias em outros fatores primordiais ao desenvolvimento da Produtividade Brasileira.

A análise agregada dos fatores que interferem na produtividade serve para compreender algumas características e gargalos para o crescimento econômico do Brasil e seu desenvolvimento social. Gerar um debate ao redor desta análise pode proporcionar reformulações nos gestores empresariais, na economia, na política e na sociedade a fim de objetivarem o crescimento do Brasil diante do atual cenário de crise econômica.

As saídas para reparar o problema da produtividade passam por todo o processo produtivo. Uma educação de qualidade aumentaria os resultados do capital humano nas empresas, ou seja, o conhecimento que é adquirido pelo treinamento nas empresas serve de incentivo para a compra de maquinários mais modernos que podem ser operados por trabalhadores qualificados, gerando maior produtividade e mais incentivo para a qualificação, num ciclo virtuoso.

É reforçada também a necessidade de investimentos na infraestrutura no Brasil, ou seja, o capital de infraestrutura de um país exerce uma influência extremamente importante no processo produtivo, e de fato, têm uma importância significativa para o

crescimento econômico do Brasil. São capazes de alavancar o crescimento econômico.

Contudo, as práticas gerenciais, a inovação, a qualificação da mão de obra, o estoque de capital e os investimentos têm sido mencionados como fatores que têm limitado o crescimento da produtividade no Brasil e têm sido objeto de prescrições razoavelmente consensuais em todo o espectro teórico. A precedência de um fator sobre outro, contudo, varia conforme as circunstâncias.

REFERÊNCIAS

1. THE CONFERENCE BOARD. **Total Economy Database - May 2016 release: Output, Labor, and Labor Productivity, 1950-2016** (excel). Disponível em: <<https://www.conference-board.org/data/economydatabase/index.cfm?id=27762>> Acesso em: 29 de julho de 2016.
2. RATTNER, Heinrich. Produtividade e desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 25, n. 7, 1967. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901967000400002>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.
3. GIAMBIAGI, Fábio; CASTELAR, Armando. **Além da Euforia: Riscos e Lacunas do Modelo Brasileira de Desenvolvimento**. Brasil: Editora Elsevier-Campus, 2012. 312 p.
4. VELOSO, F.; FERREIRA, P. C.; PESSÔA, S. Experiências comparadas de crescimento econômico no pós-guerra. In: **Desenvolvimento econômico: uma respectiva brasileira / Pedro Ferreira... et. al.** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
5. ESTADÃO (São Paulo) (Ed.). **URV, a ‘mãe do real’, completa 20 anos**. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,urv-a-mae-do-real-completa-20-anos,178739e>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.
6. OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Tempo Social: Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 2, p.195-217, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12409/14186>>. Acesso em: 19 de março de 2017.
7. PINHEIRO, A. C; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M.M. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida? Textos para Discussão**. n. 91, BNDES, 2001. Disponível em <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 19 de março de 2017.
8. IBGE/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **PINTEC – Pesquisa de inovação**. 2011. Disponível em:< <http://www.pintec.ibge.gov.br/downloads/pintec2011%20publicacao%20completa.pdf>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2016.
9. SILVA, Euber Oliveira da; LONGUINHOS, Marco Antônio Araújo. **A política monetária brasileira nos anos de governo de FHC e Lula entre 1995 a 2010**. 2013. Semana de economia UESB, 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/anais-2013/c01.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2017.
10. CARVALHO, Sandra Bengozi de. **PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO LULA (2003-2006): UMA REVISÃO DE LITERATURA**. In: VII ENPPEX, 7., 2011, Campo Mourão. **Anais**, 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/anais/vii_enppex/PDF/economia/20-economia.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2017.
11. BCB, BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>. Acesso em: 16 de abril de 2017.

12. NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: Ipea, 2015. v. 1.
13. *OECD. The Future of Productivity. Joint Economics Department and the Directorate for Science, Technology and Innovation Policy Note, July 2015.*
14. NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R.; JACINTO, P.A. **P&D, inovação e produtividade na indústria brasileira**. In: NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Org.). *Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes*, v.2. Brasília: ABDI: IPEA, 2015, cap. 02.
15. AMARAL, L. M. F.; AMARAL, G. L.; OLENIKE, J. E. **Carga tributária brasileira 2012. Curitiba: Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT)**, 2013. Disponível em: <<https://ibpt.org.br/img/uploads/novelty/estudo/559/CargaTributaria2012IBPT.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.
16. RECEITA FEDERAL DO BRASIL – MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Carga Tributária do Brasil**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil>> Acesso em: 27 de novembro de 2016.
17. FIESP/DECOMTEC. **“Custo Brasil” e taxa de câmbio na competitividade da indústria de transformação brasileira**. Março de 2013. Disponível em: <www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=56679> Acesso em: 30 de novembro de 2016.
18. VELLOSO, R. et al. *Infraestrutura: os caminhos para sair do buraco*. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, INAE, 2012. In: NETO, C. A. S. C.; R. CONCEIÇÃO, J. C. P.; ROMMINGER, A. E. *Impacto da infraestrutura de transportes sobre o desenvolvimento e a produtividade no Brasil*.
19. BNDES, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>>. Acesso em: 04 de agosto de 2017.
20. TAVEIRA, J. G.; GONÇALVES, E.; FREGUGLIA, R. S. **P&D, Inovação e Produtividade na Indústria: uma abordagem para o Brasil**. 44º Encontro Nacional da Economia – ANPEC. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_/i9-b6a7fa287a3e87743789ce8f1fa6a088.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2016.
21. GERBELLI, Luiz Guilherme; PEREIRA, Renée. **Produtividade é a pior desde os anos 50. 2016**. Estadão, Economia. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,produtividade-e-a-pior-desde-os-anos-50,10000063342>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.
22. BCB, Banco Central do Brasil. **Séries temporais**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 16 de abril de 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-70-3

